

Líderes definem normas das eleições municipais

Telefoto de Luiz Antonio

BRASÍLIA — Com a exigência do domicílio eleitoral de 12 meses, de licença a funcionários públicos e de empresas privadas que se candidatem e de registro provisório aos partidos com mais de 30 integrantes no Congresso Nacional, foi concluída ontem a parte estrutural das normas para a realização das eleições municipais em 15 de novembro. Realizado pelos Líderes e Vice-Líderes dos partidos, este trabalho ainda é parcial, pois falta concluir os entendimentos em torno da propaganda eleitoral gratuita em rádio e TV, o que ainda promete muita discussão.

Ao final da reunião de ontem, as declarações contraditórias do relator do grupo, Deputado Ibsen Pinheiro, Líder do PMDB, e do Deputado Inocêncio de Oliveira, Vice-Líder do PFL e representante da ala governista do partido, apontavam para as dificuldades que devem ocorrer. Ibsen, depois de admitir discordâncias profundas entre os partidos, principalmente na divisão e distribuição do tempo na propaganda gratuita, observava:

— Se o entendimento não for possível vamos dividir o projeto em dois. Este das normas estruturais, que já aprovamos, e outro da propaganda eleitoral, do qual só precisaremos em setembro.

E justamente o que não quer o PFL e Inocêncio lembrou que esta era uma posição partidária:

— Queremos um só projeto. Se enviarmos apenas o que aprovamos até agora, sem a regulamentação da propaganda eleitoral, não só nos recusaremos a assinar o requerimento de urgência, como vamos impedir a aprovação do projeto em plenário.

Até terça-feira, o PFL também ameaçava interromper os entendimentos, se não fosse definido o mandato dos futuros prefeitos e vereadores. O partido defende um mandato-tampão de dois anos, o que, segundo alguns integrantes do grupo



Lideranças partidárias discutem as normas para as eleições de novembro

reunido ontem, sugere a intenção de evitar que as eleições municipais se realizem este ano. A partir de ontem, os pefelistas se convenceram de que esta é uma matéria para a Assembléia Nacional Constituinte e que vai a plenário na votação das Disposições Transitórias.

Um dos assuntos mais polêmicos discutidos ontem foi o domicílio eleitoral. A maioria firmava posição em defesa de uma redução da exigência de 12 para seis meses. Depois de quase uma hora de polêmica, concluiu-se que esta alteração no prazo era impossível, simplesmente por ser inconstitucional. Passou-se, então a discutir se o projeto faria alguma referência ao domicílio. Diante do argumento de que esta lacuna facilitaria o trabalho dos que querem evitar as eleições municipais este ano, o artigo foi incluído depois de um acordo de cavalheiros para voltar ao assunto quando a nova Constituição for aprovada. Um acordo inútil, se a

Constituinte avançar seus trabalhos até junho.

No artigo referente ao registro de candidatos, foram incluídos dois parágrafos para permitir o registro provisório no prazo máximo de cinco dias, a contar do pedido junto ao TSE, dos partidos que tiverem entre seus fundadores pelo menos 30 integrantes do Congresso Nacional. É matéria de especial interesse dos peemedebistas que deixaram ou ameaçam deixar o partido.

A pedido do representante do PT, Deputado Paulo Delgado (MG) foi incluído um parágrafo no artigo 254 do Código Eleitoral, estendendo a licença aos empregados de empresas privadas, durante o lapso de tempo entre o registro da candidatura e o dia seguinte à eleição. Este benefício já existia para os funcionários públicos que, além da licença, ainda recebem seus salários normalmente. Os empregados das empresas privadas terão licença não remunerada.

Maioria da bancada quer adiar Convenção do PFL

BRASÍLIA — O Deputado Inocêncio de Oliveira, Vice-Líder do PFL, entrega hoje ao Presidente do partido, Senador Marco Maciel, um abaixo-assinado pedindo o adiamento da Convenção nacional marcada para 15 de maio. Ontem, 84 dos 134 parlamentares pefelistas já tinham assinado o documento, que propõe a realização da Convenção duas semanas após a promulgação da nova Carta.

— Prorrogar o mandato dos atuais membros do Diretório nacional e da Executiva significa adiar a divisão do PFL — argumenta Inocêncio, que elaborou o abaixo-assinado, com o apoio do Líder José Lourenço.

O movimento favorável ao adia-

mento da Convenção do PFL começou a crescer a partir de terça-feira, liderado pelas bancadas de Minas e do Rio. Ontem, já tinha atingido mais da metade das bancadas, o que servirá agora para aumentar as pressões contra Marco Maciel, que contesta as propostas de prorrogação de mandato do atual Diretório.

— Não é conveniente porque temos de preparar o PFL para as eleições municipais — explica Maciel, acrescentando que somente a Convenção nacional poderá fixar as diretrizes do partido.

Os signatários do abaixo-assinado temem um racha no PFL na Convenção, pois um dos assuntos em pauta

será o apoio ou não do partido ao Governo Sarney. Além disso, consideram difícil que a Constituinte vote até 15 de maio o mandato do atual Presidente e querem se reunir apenas depois desta definição. O texto do abaixo-assinado deixa claro que a Convenção não pode ser realizada antes da definição de alguns dispositivos importantes da Constituição, sem, contudo, identificá-los.

— Definir no próximo mês o apoio ao Governo vai obrigar a ala derrotada a deixar o PFL. Esta é uma questão polêmica, que divide o partido. Se formos discutí-la, atrasaremos ainda mais a Constituinte — reforça Inocêncio de Oliveira.